



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Deputado Federal Zé Silva - Solidariedade/MG

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2015.**  
**(Do Sr. Zé Silva)**

***Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para discutir o Projeto de Lei nº 293, de 2015, que dispõe sobre a criação de um sistema nacional de monitoramento e controle de agrotóxicos ou defensivos agrícolas.***

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública, em data a ser oportunamente agendada, para discutir sobre a necessidade de criação de um Sistema Nacional de Controle de Agrotóxicos, envolvendo a produção, a comercialização, a dispensação, a prescrição de uso agrícola e agroindustrial e outras formas de movimentação do produto no mercado nacional.

Requeremos, outrossim, que sejam convidadas a participar desse evento as seguintes personalidades:

- ✓ Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA)
- ✓ O Senhor Luís Eduardo Pacifici Rangel, Coordenador Geral de Agrotóxicos e afins do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo brasileiro (MAPA);
- ✓ Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
- ✓ O Senhor Dr. Adriano Riesemberg, Diretor de Defesa Agropecuária da (ADAPAR);
- ✓ O Senhor Valcler Rangel Fernandes, Vice Presidente da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).
- ✓ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG);
- ✓ e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).



## JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, os agrotóxicos ou defensivos agrícolas respondem pela quarta maior incidência de casos de contaminação, ficando atrás apenas da contaminação por medicamentos, animais peçonhentos e produtos de limpeza. Ademais, a utilização intensiva e o uso indiscriminado, acima dos limites máximos recomendados nas bulas dos produtos, bem como a presença de compostos químicos não permitidos para determinados alimentos, já causaram prejuízos vultosos ao agronegócio brasileiro, uma vez que, em 2012, a FDA (Administração de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos) vetou a entrada naquele País de suco de laranja concentrado e congelado, em razão da presença do fungicida Carbendazim em níveis acima do recomendado, o que gerou danos ao esforço exportador da agricultura nacional e perda de divisas para o país.

A utilização intensiva e o uso indiscriminado dos agrotóxicos demonstram a fragilidade do sistema de controle das substâncias agrotóxicas ao longo da cadeia que vai da produção ao consumo final.

Uma das principais barreiras ao controle do uso dos agrotóxicos ou defensivos agrícolas está na falta de um Cadastro Único. Cada um dos 27 Estados tem uma forma distinta de realizar o controle da venda e uso do produto, o que acaba gerando problemas em âmbito nacional, uma vez que, se alguns Estados mantêm políticas severas de controle da comercialização, produção e prescrição dos agroquímicos, outros são permissivos, causando prejuízos às exportações e devolução de embalagens.

Nesse sentido, espera-se que a audiência pública que ora se requer ofereça subsídios à elucidação da questão concernente à efetiva necessidade de implantação do sistema de controle da produção e comercialização dos defensivos agrícolas ou agrotóxicos e ao final demonstre que tal controle acarretará benefícios ao conjunto da agricultura nacional, como maior segurança ao exportador e ao consumidor, vantagens essas que sobrepujam de muito eventuais dificuldades decorrentes da implantação de tão necessário controle.

**Deputado federal Zé Silva**  
**Solidariedade MG**